

Grampos ilegais: Senado e Supremo cobram providências

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, acompanhado de Demostenes Torres e Tião Viana, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, cobraram ontem, em reuniões separadas, providências do presidente Lula em relação às denúncias de escuta telefônica ilegal dos chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo e de vários senadores. A acusação foi feita na edição desta semana da revista *Veja*. Em Plenário, Mozarildo Cavalcanti defendeu o *impeachment* de Lula e a adoção do parlamentarismo. O Palácio do Planalto anunciou o afastamento temporário do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). **2 e 3**



Wilson Dias/Abi

Demostenes Torres (E), Garibaldi Alves e Tião Viana deixam o Congresso para a reunião com Lula no Palácio do Planalto. Mais tarde, o governo anunciou o afastamento da cúpula da Abin

Cidadão vai acompanhar aplicação de recursos federais nos municípios

A Comissão Mista de Orçamento vai lançar amanhã uma ferramenta, a Fiscalize, que permitirá o acesso aos recursos federais empenhados e pagos pela União. **7**

Reforma política do governo tem lista fechada e fidelidade

Proposta de reforma política, entregue na semana passada pelo governo, prevê lista fechada, financiamento público das campanhas e fidelidade partidária. **4 e 5**

Papaléo defende atenção a vítimas de escarpelamento

Senador lamenta a frequência de acidentes em embarcações precárias da região amazônica, que causam a perda do couro cabeludo das vítimas. **6**



J. Freitas

Os profissionais de Educação Física recebem homenagem do Senado. Na foto à esquerda, representantes da categoria participam da sessão ao lado do senador Gim Argello. À direita, convidados acompanham a reunião. **8**



J. Freitas

Heráclito Fortes confirma para o dia 9 reunião da Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência do Congresso Nacional

Comissão se reúne para discutir escuta ilegal

O PRESIDENTE DA Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência do Congresso Nacional, Heráclito Fortes (DEM-PI), confirmou, na tarde de ontem, que o colegiado vai se reunir no dia 9 para examinar a questão das interceptações telefônicas clandestinas (grampos), por meio das quais teriam sido gravadas conversas de autoridades dos três Poderes. A denúncia foi publicada em reportagem da revista *Veja* desta semana.

As escutas teriam sido realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Entre os "grampeados" estariam o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes; o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho; o senador Demostenes Torres (DEM-GO); e até a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

A reunião foi confirmada por Heráclito por intermédio do seu gabinete. O parlamentar, que também preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), está em viagem oficial a países da América Central e do Caribe.

Além de Heráclito fazem parte da Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência os líderes da maioria e da minoria no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mário Couto (PSDB-PA); o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, Marcondes Gadelha, (PSB-PB); e os líderes da maioria e da minoria naquela Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Zenaldo Coutinho (PSDB-PA).

Ainda não foram confirmados os convites para que prestem depoimento à comissão o diretor-geral (afastado) da Abin, Paulo Lacerda, e o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix.



Heráclito está em viagem oficial a países da América Central e do Caribe

Foto de Gerardo Magela

Mozarildo defende *impeachment* de Lula e adoção do parlamentarismo



Mozarildo Cavalcanti diz que Lula "nunca sabe de nada"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem, em discurso no Plenário, o *impeachment* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a adoção do parlamentarismo no Brasil. Sob esse sistema, lembrou, seria possível ao Congresso demitir membros do governo envolvidos em escândalos sem precisar esperar a ação do presidente da República, que, no caso de Lula, conforme afirmou, "nunca sabe de nada" nem demite os envolvidos nos "sucessivos escândalos".

Mozarildo disse estar convencido de que o presidencialismo não serve mais para o Brasil, pois o presidente "não tem coragem de demitir

um ministro que erra, de demitir um assessor que erra".

A declaração foi motivada pela reportagem que traz o conteúdo de conversa captada em "grampo" que teria sido feito pela Abin nos telefones do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. A conversa divulgada pela revista se deu entre Gilmar Mendes e o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Demostenes Torres.

Mozarildo citou o trecho da Constituição que garante ao cidadão brasileiro o sigilo telefônico, que, segundo ele, não está sendo assegurado.

– Uma violação flagrante à Constituição não pode ser tolerada por ninguém – afirmou.

Na opinião do senador, a disseminação dos grampos no Brasil – sejam os ilegais ou os autorizados pela Justiça em bloco, mas que não dizem respeito a um determinado investigado – está levando à perda da privacidade, da liberdade e da dignidade pessoal. Mozarildo lamentou estar o país caminhando para a "ditadura pelo voto", com a supressão dos direitos individuais. Ele também defendeu a demissão imediata do ministro da Justiça, Tarso Genro, que "não tem qualificação para ficar no ministério".

Ministros do STF aguardam medidas do Executivo

Os ministros do Supremo Tribunal Federal reuniram-se ontem à tarde para discutir a denúncia de que os telefones do tribunal estariam grampeados e decidiram aguardar as medidas do Executivo antes de se pronunciarem.

Mais cedo, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, encontrou-se com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em caráter emergencial, para tratar do assunto, que envolve a atuação da Agência Brasileira de

Inteligência (Abin) e da Polícia Federal.

A Abin anunciou a abertura de uma sindicância para investigar a suposta espionagem, e a PF informou que também irá analisar o caso, instaurando inquérito.

Lula determina afastamento temporário da direção da Abin

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou, no final da tarde de ontem, o afastamento temporário de toda a direção da Agência Brasileira de Inteligência, até que sejam concluídas as investigações sobre o envolvimento do órgão em escutas telefônicas ilegais. A Abin é suspeita de ter realizado escutas no gabinete do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, e de outras autoridades, segundo reportagem publicada pela revista *Veja*.

O governo anunciou a decisão horas depois de Lula ter se reunido com o ministro no Palácio do Planalto para tratar do assunto. O presidente também ratificou o pedido de que a Polícia Federal investigue o caso, feito pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix.

O afastamento da cúpula da Abin foi comunicado pelo Palácio do Planalto ao presidente do STF, pouco depois de ele ter se reunido com os demais ministros da corte para discutir o assunto. Em nota divulgada ao final do encontro, os ministros disseram que aguardavam as providências "exigidas pela gravidade dos fatos" por parte do Executivo.

Na nota em que informa o afastamento da direção da Abin, a Presidência da República pede ao Congresso a aprovação de projeto que disciplina a escuta

telefônica policial (PL 3.272/08) e determina ao Ministério da Justiça que elabore projeto de lei aumentando a pena para quem faz escuta ilegal.

De acordo com a *Veja*, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e os senadores Demostenes Torres, Tião Viana (PT-AC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Alvaro Dias (PSDB-PR) também teriam sido grampeados pela Abin. Os ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, e das Relações Institucionais, José Múcio, além do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, igualmente teriam sofrido escutas realizadas pela agência. A revista publicou diálogo entre o presidente do STF e Demostenes Torres, supostamente obtido por escutas ilegais.

(Com informações da Agência Brasil)



Paulo Lacerda, diretor-geral da Abin

Foto de Gerardo Magela

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário comemora Semana do Idoso

Às 11h será realizada a sessão especial em comemoração à Semana do Idoso. Às 14h, a sessão é não-deliberativa.

Associações Pestalozzi

O 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência, tem início às 9h, no Auditório Petrônio Portela, e vai até o dia 4.

Palestra sobre ética na era digital

A palestra "Imagem e Ética na Era Digital", parte do Ciclo de Conferências da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), será ministrada pelo jornalista Mário Rosa, às 18h30, no auditório do Interlegis.

Garibaldi em evento da *Veja*

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, vai a São Paulo, a convite do presidente da Editora Abril, Roberto Civita, para o seminário "O Brasil que queremos ser", que comemora os 40 anos da revista *Veja*. O evento será transmitido ao vivo pela internet, no site www.veja40anos.com.br.

Comissão de juristas

A comissão de juristas criada para propor um novo Código de Processo Penal reúne-se às 9h.

Chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo e senadores reagem à denúncia da revista *Veja* de que a Abin teria grampeado seus telefones

Demostenes diz que afastamento foi decisão certa

A decisão do presidente Lula de afastar a diretoria da Abin até que se esclareçam as denúncias de que o órgão fez escutas telefônicas clandestinas de autoridades dos três Poderes foi considerada "muito boa" por Demostenes Torres (DEM-GO).

Demostenes esteve ontem no gabinete de Lula acompanhando Garibaldi Alves.

– Acho que o presidente já tinha mais informações e esse episódio foi a gota d'água. Não é a primeira vez que a Abin se envolve nesse tipo de situação – disse.

O senador afirmou que o "presidente da República não põe a mão no fogo por ninguém". "Ele [Lula] disse ainda que o delegado Paulo Lacerda é da sua confiança, mas repetiu que a situação é grave e tomará alguma providência", relatou.

Hipóteses

Demostenes opinou que, se ocorreu o grampo de telefones do Judiciário e do Legislativo pela Abin, como noticiado pela revista *Veja*, isso "rompe o estado democrático de direito", porque um dos Poderes colheu indevidamente informações sobre os outros dois.

O senador apresenta algumas hipóteses para o possível grampeamento: operação externa à Abin, com a finalidade de sujar o nome do órgão; atividades não-oficiais de servidores da agência de inteligência; ou gravação feita, inclusive, por servidores do Senado.

Conforme Demostenes, o presidente Lula informou ter solicitado ao presidente do Supremo Tribunal Federal que o Judiciário adote regras claras para a concessão de pedidos por parte de juízes sobre escuta telefônica. O senador afirmou que existem indícios de que tais concessões estão sendo concedidas de forma indiscriminada.

Demostenes disse ainda ter informado ao presidente Lula que o Senado está votando projeto de Jarbas Vasconcelos com a finalidade de regulamentar e limitar a escuta telefônica. O projeto (PLS 525/07) será submetido a uma segunda votação na Comissão de Justiça antes ser analisado pelo Plenário.



Demostenes Torres (E), Garibaldi Alves e Tião Viana, cujos telefones teriam sido grampeados, foram ao Palácio do Planalto para discutir situação com o presidente da República

Senadores discutem com Lula grampo que Garibaldi considera "inadmissível"

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, classificou como "inadmissível" a escuta telefônica ilegal de conversas dos chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além de senadores de vários partidos políticos, que teria sido feita pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), segundo a edição da revista *Veja* desta semana. O senador defendeu ontem a aprovação de substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto de lei que disciplina a quebra, por ordem judicial, do sigilo das comunicações telefônicas (PLS 525/07).

A posição de Garibaldi foi manifestada após reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que trataram da denúncia de escuta

ilegal, publicada pela *Veja*. Também participaram da reunião o vice-presidente da República, José Alencar; o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix; o ministro das Relações Institucionais, deputado licenciado José Múcio Monteiro; e os senadores Tião Viana (PT-AC) e Demostenes Torres.

Garibaldi afirmou que, enquanto aguarda as providências a serem tomadas pelo governo, o Senado deve acelerar a tramitação do substitutivo ao PLS 525/07. Ao mesmo tempo, acrescentou o senador, é preciso saber se há o envolvimento de algum servidor do Congresso no caso das escutas. Garibaldi disse que não espera a demissão de ninguém e que não haverá, a princípio, varredura nas

dependências do Senado para apurar a existência de grampos telefônicos.

– Se for necessário, vai ter, claro, se houver desconfiança. Por enquanto não há – declarou o senador, acrescentando que o general Jorge Félix se mostrou disposto a atuar com rigor diante de episódios de grampo.

O substitutivo de Demostenes Torres ao PLS 525/07 foi aprovado por unanimidade, no último dia 27, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta, que voltará a ser votada em turno suplementar na CCJ antes de ser encaminhada ao Plenário, já

havia sido acolhida na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O PLS 525/07 é de autoria do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Projeto de Jarbas Vasconcelos disciplina a quebra do sigilo das comunicações telefônicas

Garibaldi disse que após o exame em turno suplementar na CCJ o projeto irá ao Plenário. Ressaltou que sua aprovação "será uma grande contribuição" do Senado neste momento.

No início da noite de ontem o presidente Lula determinou o afastamento temporário do diretor da Abin, Paulo Lacerda, e de toda a cúpula da agência.

Tião Viana afirma que apuração das denúncias já começou

Após visita realizada ontem ao Palácio do Planalto, o senador Tião Viana

(PT-AC) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou "extremamente grave" a denúncia de que escutas telefônicas foram usadas para monitorar autoridades dos Poderes Judiciário e Legislativo, conforme denúncia da revista *Veja* desta

Segundo Tião Viana, foram abertos sindicância na Abin e inquérito na Polícia Federal

semana. Ele também revelou que o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, já abriu sindicância interna para apurar responsabilidades e pediu à Polícia Federal a instauração de inquérito.

– As medidas preliminares foram tomadas e o que mais queremos é a

responsabilização pelo fato criminoso, que os culpados sejam encontrados e exemplarmente punidos para pôr fim a essa facilidade com que se viola o Estado brasileiro – declarou o senador.

Tião Viana disse ter sugerido ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, a publicação de uma nota informando a sociedade sobre a violência sofrida pela instituição e seus representantes. Segundo o senador, Garibaldi está toman-

do as "medidas necessárias". Viana cobrou ainda o funcionamento pleno da Comissão Mista de Controle de Órgãos de Inteligência, do Congresso.

O parlamentar afirmou ainda que não teme o comprometimento de sua candidatura à Presidência do Senado, observando, no entanto, que só falará a respeito do assunto a partir de novembro.

– Quem não deve, não teme; e eu não devo nada a ninguém – declarou.

Do entregar as propostas ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, o ministro Tarso Genro afirmou que "o sistema político brasileiro precisa ser desbloqueado" e que o Executivo está disposto a cooperar. Seriam votadas, primeiramente, as matérias que forem consenso entre governistas e oposição

Proposta do governo para reforma política visa combater a corrupção

O GOVERNO FEDERAL encaminhou ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, seis anteprojotos de lei e uma minuta de proposta de emenda à Constituição para a reforma política. As propostas apóiam-se na premissa de que o sistema partidário e as regras eleitorais vigentes levam à corrupção, ao uso de caixa-dois e ao abuso do poder econômico.

Os técnicos e ministros responsáveis pelas sugestões não creem que as mudanças eventualmente aprovadas possam entrar em vigor antes de 2012.

No entender do ministro da Justiça, Tarso Genro, que entregou os projetos ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, "o sistema político brasileiro precisa ser desbloqueado". Com o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Genro e o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, anunciaram a disposição do governo de cooperar com o Congresso no desbloqueio do sistema, mas por partes, de forma a contornar impasses.

— Precisamos aprovar primeiramente tudo o que for consensual — aconselhou o ministro da Justiça.

A julgar pelo diagnóstico do governo, os obstáculos são de difícil transposição. A percepção é de que há hoje um desvirtuamento da representação da vontade popular, que estaria à mercê do poder econômico. "Vale a vontade do capital", assinala o documento, no qual é apontada a "inviabilidade de candidaturas que não angariam financiadores de grande monta".

O capital, entretanto, mostra-se generoso com os candidatos dispostos mais tarde a pavimentar o caminho para a execução de obras e serviços a



Fila para votação, em Brasília, durante eleições para presidente da República, senador, deputado federal e deputado distrital: governo considera que proposta deve fortalecer os partidos e reduzir a corrupção. Para a oposição, sugestões são oportunismo, pois um projeto de reforma política já foi aprovado pelo Senado e está pronto para votação na Câmara

serem pagos com recursos orçamentários. É o que diz o texto-resumo, ao mencionar como uma das mazelas do sistema o "envolvimento entre candidato e financiador, com impacto direto na defesa de interesses não-republicanos e na abertura de canais propícios ao favorecimento ilegal e ao desvio de dinheiro público".

Esse ambiente, em que são escassos o debate e a participação popular nas estruturas partidárias, tem estimulado o apelo ao marketing e a outras estratégias de campanhas eleitorais milionárias. "Cada candidato é impelido a produzir campanhas individuais,

não centralizadas pelo partido, para estabelecer o diferencial de sua candidatura", destaca o Executivo em seu diagnóstico. O documento detecta "o enfraquecimento dos partidos e de seu aspecto programático-ideológico, com óbvio favorecimento a candidatos de mídia ou fortemente financiados".

Financiamento

Um dos remédios para esse mal seria o financiamento público de campanha. A ideia encontra resistências na sociedade, mas os formuladores observam que o gasto orçamentário com partidos e campanhas seria menor que a sangria de

recursos decorrentes dos vícios do modelo atual.

Os autores da proposta ressaltam que o financiamento público não deve ser tido como "fórmula mágica de combate à corrupção sistêmica ou de bloqueio a métodos ilegais de arrecadação ou de financiamento, o chamado caixa-dois. Ainda que considerem a possibilidade de reduzir a incidência do problema, assinalam que a causa dele está "nas bases de nossa cultura política".

A estrutura estaria comprometida também do ponto de vista das relações entre o Executivo e o Parlamento com vistas à formação de maio-

rias. Segundo o documento, o sistema político-eleitoral brasileiro se ressentiria de um presidencialismo sempre necessitado de coalizão, mas sujeito à volatilidade do quadro partidário fragmentado. "Tal situação pode favorecer alguns aspectos contrários aos princípios democráticos representativos, como por exemplo relações partidárias formuladas em bases não-programáticas e concessões programáticas quase obrigatórias que desvirtuam a vontade popular".

O texto encaminhado pelo governo ao Senado critica o modelo eleitoral de lista partidária aberta, responsável por

induzir o eleitor a erro: com a transferência de votos nominais para a legenda ou para a coligação, o eleitor auxilia candidatos do seu ou de outros partidos sem ter o conhecimento disso, o que resultaria na eleição de representantes praticamente sem votos. Uma consequência adicional desse emaranhado de interesses seria a falta de legitimidade dos suplentes.

Coligações

A legislação atual permite o registro de coligações "de ocasião" para as eleições proporcionais, gerando um esquema de "benefícios mútuos não-

programáticos", segundo o texto do governo. Um exemplo seria a existência de partidos "que se oferecem a outras agremiações em troca de seu tempo de propaganda eleitoral". Para dificultar a oferta de aliança fisiológica, imaginou-se o redesenho da cláusula de barreira (ou desempenho) a partidos com votação e expressão políticas inexpressivas. Assim, somente exerceriam mandato de deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital os partidos que obtivessem um mínimo de 1% dos votos válidos, excluídos os brancos e os nulos, obtidos em eleição geral para a Câmara dos Deputados e

distribuídos em pelo menos um terço dos estados com o mínimo de 0,5% dos votos em cada um deles. O percentual mínimo de 5% dos votos para a Câmara dos Deputados, previsto na Lei 9.096/95, foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 2006. Por essa razão, atualmente nada há que regule o tema.

Os acordos partidários espúrios teriam outra brecha fechada por meio da limitação do tempo no rádio e na TV ao do maior partido da coligação em eleições majoritárias (para cargos executivos e para o Senado). A proposta do governo de proibir as coligações em elei-

ções proporcionais e de obrigar o eleitor a votar em lista partidária fechada procuraria coibir esses vícios. E a lista seria usada também para tornar mais inclusiva a participação feminina nas eleições, com a obrigatoriedade de uma candidata em cada três na primeira metade da relação de nomes.

Ficha suja

O governo propõe também regras para os candidatos "ficha suja", que seriam considerados inelegíveis se condenados, judicial ou administrativamente, em decisão colegiada, independentemente de sentença definitiva. A inele-

gibilidade alcançaria ainda os eleitos com a ajuda de atos de violência.

A chegada dos anteprojotos ao Congresso foi vista pelos governistas como oportunidade de retomar a reforma política, como demonstram as declarações do próprio Garibaldi Alves e do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Já para opositoristas como o líder do DEM, senador José Agripino (RN), o gesto do governo foi mero oportunismo de quem vem adiando a aprovação, na Câmara dos Deputados, de uma proposta de reforma enviada àquela Casa pelo Senado.

Adelmir Santana: reforma pode redimir políticos

O senador Adelmir Santana (DEM-DF), após lembrar a importância de Juscelino Kubitschek para a história do país, defendeu uma ampla reforma político-partidária, a seu ver um caminho que pode levar os brasileiros "a acreditarem novamente" na classe política. Ele lamentou que a imagem dos políticos seja afetada pelos "erros isolados" de "meia dúzia ou pouco mais" e admitiu que, quando a imprensa noticia um fato irregular envolvendo algum parlamentar, "toda a classe é atingida", surgindo logo a afirmação generalizada de que "os políticos não prestam".

— Quanta diferença da era JK para os dias atuais — lamentou o senador.

Adelmir Santana citou pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Magistrados segundo a qual apenas 3% dos entrevistados pensam que os parlamentares merecem confiança, considerando o fato "gravíssimo". Ele conclamou os colegas a "dar um basta a essa situação humilhante" e concordou com a opinião geral de que existem "péssimos políticos, alguns até mesmo bandidos, que buscam nos mandatos a imunidade para seus crimes".

— Esses têm mesmo que ser expostos perante a opinião pública, para que o eleitor não esqueça mais da cara daquele que traiu a sua confiança. O que não podemos aceitar é que todo o conjunto seja condenado por erros isolados — sustentou.

O senador pelo Distrito Federal, em seu discurso, também leu trecho da crônica "As farpas", do escritor português Eça de Queiroz. No texto, Eça comentava, pelo menos, um terço dos estados com o mínimo de 0,5% dos votos em cada.

Justificativa: Objeto é o fortalecimento dos partidos políticos. A existência de um grande número de partidos políticos reduz a capacidade de cada um deles exercer seu papel

crático, que é servir de meio para a identificação imediata de candidatos com os programas partidários.

Adelmir Santana cita JK para pedir ampla reforma política

Lista fechada, financiamento público e fidelidade partidária

Os três eixos fundamentais da proposta governamental para a reforma política, entregue na semana passada ao presidente Garibaldi Alves Filho, são a adoção da lista partidária fechada, o financiamento público exclusivo dos partidos e das campanhas e o modelo de fidelidade partidária inspirado nas definições já apresentadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com essas medidas, o governo pretende alcançar os seguintes objetivos: combate à corrupção e às estruturas institucionais permeáveis à corrupção; transparência; fim do abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais; desvinculação de interesses entre grandes financiadores e candidatos eleitos; incremento qualitativo da representatividade em detrimento do clientelismo e do personalismo; isonomia nas campanhas eleitorais, com

dispêndios financeiros menos disparem entre os candidatos; redução dos custos de campanha; e reforço aos partidos políticos representativos e ao debate programático e ideológico.

Principais pontos da plataforma do governo:

I – Lista fechada

O eleitor deixa de votar nominalmente no candidato e vota só no partido. O preenchimento dos lugares com que cada partido ou federação partidária for contemplado será feito segundo a ordem em que seus candidatos forem registrados nas listas partidárias. Após o preenchimento

dos eleitos, preenchem-se as vagas dos suplentes.

Justificativa:

A adoção de listas partidárias preordenadas e bloqueadas contribui para o fortalecimento dos partidos. A mudança traz redução brusca da carga de personalismo eleitoral e o fim da disputa entre candidatos de uma mesma legenda

com incremento do debate programático-ideológico. Deve-se salientar, entretanto, o principal ponto negativo apontado pelos opositores da ideia: o "caciquismo", que é a perpetuação de líderes partidários. Para combater ou minimizar os riscos levantados, é fundamental assegurar mecanismos de efetiva

democracia intrapartidária, com a previsão, inclusive, de regras de transição para os atuais detentores de mandato, de modo a acentuar o caráter democrático dos partidos e das decisões partidárias, sem atentar contra sua autonomia, conforme a proposta.

II – Financiamento público exclusivo

Veda qualquer doação privada às campanhas eleitorais. Todo o financiamento virá de dotação no Orçamento Geral da União ao Tribunal Superior Eleitoral, que distribuirá os recursos na forma da lei.

Justificativa:

O atual modelo de financiamento das campanhas eleitorais é diagnosticado como protor do elemento econômico

em detrimento do sociopolítico e facilitador da corrupção. O objetivo do financiamento público é diminuir essas deformações. O modelo sugerido cria instrumentos de controle mais adequados e eficazes, diminui a vinculação direta entre grande financiador e eleito, oferece maior isonomia ao pleito e transfere parcela definidora da eleição do elemento econômico para o campo programático-ideológico. Permite também a reafirmação da democracia partidária, ao reforçar os partidos, em detrimento das campanhas pessoais, e imprime o caráter público às disputas eleitorais.

O financiamento público exclusivo só é compatível com o sistema de lista fechada, em que o recurso é destinado a partidos e não a candidatos. Existe ainda a hipótese de redução de custos eleitorais, ainda

que, para o senso comum, o impacto orçamentário para o país seja maior.

III – Fidelidade partidária

Reafirmando decisões do STF e do TSE, a proposta estabelece que os parlamentares que mudarem de partido deixarão de exercer os respectivos mandatos. Algumas exceções em que o parlamentar continuará exercendo o mandato, mesmo mudando de partido: casos em que haja demonstração de que o partido político realizou mudanças essenciais ou está descumprindo o programa ou o estatuto; casos de perseguição no âmbito do partido contra o

ocupante de cargo eletivo; e casos de filiação visando à criação de novo partido político.

Justificativa:

A proposta busca pôr fim ao "troca-troca" entre partidos, o que se dá, na maioria dos casos, por questões fisiológicas. Desse modo, pretende-se fortalecer os partidos políticos, além de garantir o respeito à vontade do eleitor, que tenderá cada vez mais a votar considerando o programa partidário e não somente a biografia dos candidatos.

IV – Inelegibilidade

Autoriza lei complementar a definir casos de inelegibilidade considerando a vida pregressa dos candidatos.

Justificativa:

A atual concepção de que somente a sentença transitada em julgado impossibilita que os condenados se candidatem permite a participação de criminosos no processo eleitoral, muitas vezes visando apenas à obtenção de foro privilegiado, imunidade parlamentar e outras prerrogativas.

V – Coligações

Veda as coligações nas eleições proporcionais, admitindo-as para as majoritárias. Além disso, reduz os incentivos à mercantilização do tempo de propaganda eleitoral gratuita, a partir da sua redistribuição e da vedação de sua transmissão nos casos de coligação para

eleições majoritárias.

Justificativa:

A possibilidade de coligação para as eleições proporcionais acentua as distorções do sistema de lista aberta, uma vez que partidos com programas até mesmo contraditórios transferem votos entre si, desde que coligados. Sabe-se também que, muitas vezes, as coligações são formalizadas com o intuito de angariar tempo de propaganda eleitoral. A medida deve inviabilizar as legendas de aluguel.

VI – Cláusula de desempenho

Estabelece um desempenho eleitoral mínimo para que os partidos políticos exerçam mandatos na Câmara de De-

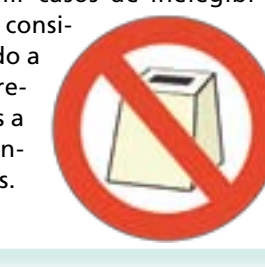
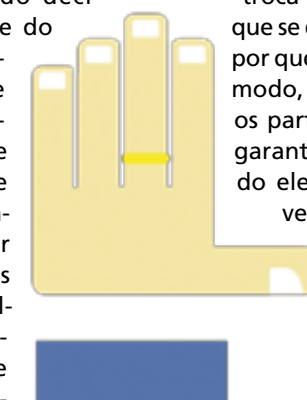
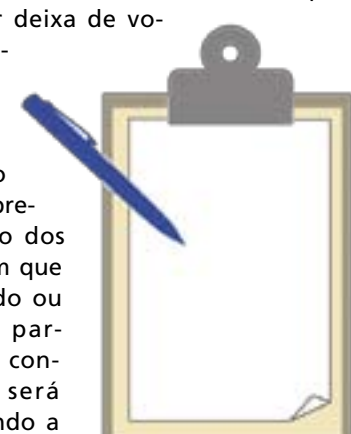




Foto de Geraldo Magliolo

Papaléo: projeto cria dia de combate e prevenção

Papaléo defende maior apoio a vítimas de escalpelamento

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) destacou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, do projeto de lei do deputado e ex-senador Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) que cria o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento. Trata-se, segundo explicou, do arrancamento brusco, parcial ou total, do couro cabeludo.

De acordo com o senador, esse é um tipo de acidente muito comum na região Norte.

Papaléo disse que o 45º Congresso Brasileiro de Cirurgia Plástica, a ser realizado este ano em Brasília, é uma boa oportunidade para discutir o problema. Ele defendeu maior assistência às vítimas de escalpelamento, como oferecimento de cirurgias reparadoras, acesso à seguridade e garantia dos direitos trabalhistas.

O parlamentar explicou que o transporte fluvial na Amazônia muitas vezes é feito em embarcações precárias, que não contam com proteção para os eixos dos motores ou hélices. As vítimas têm seus cabelos arrancados quando se aproximam desses eixos ou hélices.

– A forte rotação ininterrupta do motor enrola os cabelos em torno do eixo e arranca todo ou parte do couro cabeludo, orelhas, sobrancelhas, uma enorme parte da pele do rosto, do pescoço e, nos homens, chega até a arrancar os órgãos genitais – afirmou.

O senador informou que ano passado foi realizada a primeira audiência pública sobre escalpelamento na Amazônia e que o presidente Lula instituiu neste ano o primeiro grupo de trabalho do governo federal para unir ações em prol do problema.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) concordou que o quadro é realmente dramático na região Norte.

Garibaldi: Lula disse que só usará MP quando inevitável

Senador afirma ao presidente da República que o Legislativo vive situação insustentável com a edição excessiva de medidas provisórias que muitas vezes trancam a pauta

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, disse ontem ao presidente Lula que o Legislativo vive uma situação “insustentável” com a edição sucessiva de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo, o que acaba trancando a pauta de votações do Senado e da Câmara quando essas propostas não são apreciadas em tempo hábil.

– Fizemos ver ao presidente que não há mais condições de receber MPs como estamos recebendo. E ouvimos de Lula que ele agora vai fazer uma triagem muito rigorosa da ur-

gência e da relevância do que vai ser encaminhado como MP. Ele vai mandar a grande maioria das proposituras através de projetos de lei, requerendo urgência quando se fizer necessário – frisou Garibaldi.

Na semana passada, o presidente do Senado comunicou que a Secretaria Geral da Mesa não fará a leitura de nenhuma medida provisória durante 45 dias, a contar de 27 de agosto.

Acompanhado pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Tião Viana (PT-AC), Garibaldi Alves esteve reunido com Lula para tratar das denúncias publicadas pela revista *Veja* de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teria feito escutas ilegais de chefes dos Poderes Judiciário e

Legislativo, além de senadores de vários partidos políticos (*veja matéria na página 3*).

Líder do Executivo se comprometeu a dar preferência a projetos de lei e, se necessário, requerer urgência

Sobrinho do presidente da Casa é exonerado do cargo de assessor

A exoneração de Carlos Eduardo Alves Emerenciano, sobrinho do presidente do Senado, do cargo de assessor técnico do gabinete de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi publicada ontem no Boletim Administrativo do Pessoal do Senado.

– Agora vamos aguardar que outros senadores tomem essa iniciativa, se for o caso, para não gerar o constrangimento de recebermos denúncias de que parlamentares estão ainda trabalhando com seus parentes – afirmou Garibaldi.

A decisão de demitir o assessor foi tomada e anunciada pelo presidente da Casa logo após ele ter recebido a notícia que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia decidido editar uma súmula, com efeito vinculante,

proibindo o nepotismo nos três Poderes. A norma passou a valer na última sexta-feira.

De acordo com a Súmula Vinculante 13, “a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição federal”.

Missão da CRE inicia diplomacia parlamentar em países do Caribe

Para uma visita a cinco países do Caribe, uma delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) chegou domingo a Georgetown, onde deveria se encontrar ontem com o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, e com o primeiro-ministro, Samuel Hinds.

O objetivo da viagem de dez dias, explicou em entrevista à Agência Senado o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), é fortalecer as relações do Brasil com esses países. “A CRE vem buscando promover a diplomacia parlamentar, ou seja, ações complementares de aproximação

entre os países visando desenvolver o diálogo que pode ser inibido pelas regras da diplomacia formal”, disse ele.

A delegação de senadores deveria deixar Georgetown ainda na noite de ontem, com destino ao Panamá. Além do presidente da CRE, participam da comitiva os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Marco Antônio Costa (DEM-TO). A delegação visitará mais dois países que, assim como a Guiana, fazem parte da Comunidade do Caribe – Jamaica e Haiti –, além da República Dominicana.

Guiana adota um presidencialismo misto

A Guiana é um país de língua inglesa e conta com população de 770 mil habitantes. Na capital, Georgetown, vivem cerca de 213 mil pessoas. O país foi colonizado primeiro por holandeses e depois passou a ser uma possessão inglesa.

A nação tornou-se independente do Reino Unido em 1966 e desde então vem sendo governada principalmente por partidos socialistas. O presidente, Bharrat Jagdeo, foi eleito em 2001 e reeleito em 2006.

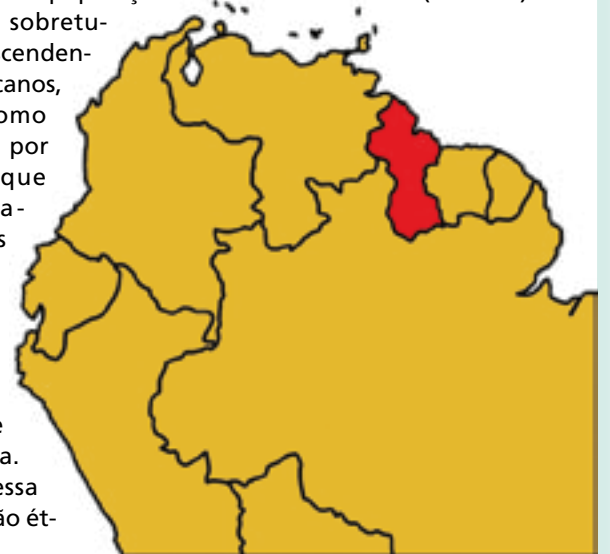
A Guiana adotou um sistema de presidencialismo misto e o Parlamento é unicameral. A moeda do país é o dólar guianense, cujo câmbio está em torno de 204 dólares guia-

nenses para um dólar norte-americano.

Os principais produtos do país são alimentos e derivados de petróleo e a população

é formada sobretudo por descendentes de africanos, trazidos como escravos, e por indianos, que foram trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, quando da abolição do regime escravagista. Devido a essa configuração é-

nica, as principais religiões da Guiana são o cristianismo, o hinduísmo e o islamismo. Georgetown é a sede da Comunidade do Caribe (Caricom).



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gim Argello • Mozarildo Cavalcanti

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto de Camata visa coibir fraudes em concursos públicos



Foto de Gerardo Mengelo

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto de lei (PLS 297/08) para coibir fraudes em concursos públicos e conferir ao candidato a possibilidade de corrigir eventuais erros cometidos pelos organizadores.

Pela proposta, os responsáveis pela seleção terão de fornecer ao candidato cópia autenticada do cartão-resposta nas provas objetivas, garantindo um meio de comprovação para o caso

de recurso.

O texto prevê que o cartão-resposta deverá ser entregue ao candidato no momento em que ele deixar a sala, desde que o faça nos 60 minutos finais das respectivas provas. Essa medida é para evitar a circulação de concorrentes com o gabarito antes de iniciado o concurso.

A proposição define ainda que o edital do concurso deverá prever a forma como as cópias do cartão-resposta

serão produzidas. Hoje, segundo o senador, o cartão fica em poder do fiscal do concurso, não tendo o candidato meio de comprovar, oficialmente, suas respostas.

O projeto de lei está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será analisado em decisão terminativa, aguardando designação do relator. Se aprovado, e não havendo recurso em Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Camata: candidatos poderão ter cópia do cartão-resposta



J. Freitas



J. Freitas

Presidida por Gim Agello (C), sessão especial do Senado contou com a presença de dirigentes de conselhos da categoria (na mesa) e de crianças do grupo esportivo Papa-Léguas, do Distrito Federal

Homenagem aos profissionais de Educação Física

Especialista sugere que atividade se torne obrigatória desde o ensino pré-escolar e que a atuação de profissionais da área se estenda a todo o país

A IMPORTÂNCIA DO trabalho do profissional de Educação Física para a sociedade e o país foi destacada ontem no Senado, durante sessão especial em comemoração do dia nacional dedicado à categoria, que transcorreu ontem. Proposta pelo senador Gim Argello (PTB-DF), a sessão marcou também os dez anos da lei que regulamentou a profissão e criou os conselhos Federal (Confef) e regionais de Educação Física.

– O país vem evoluindo na parte do atendimento hospitalar e também nos medicamentos, mas a saúde plena, como todos querem, não existe sem a prática regular de exercícios – disse Gim Argello.

Por sua vez, o presidente do Confef, Jorge Steinhilber, con-

siderou essencial que as atividades físicas e esportivas sejam conduzidas por profissionais legalmente habilitados, já que, como afirmou, são necessários conhecimentos científicos, técnicos e formação ética para uma boa prestação dos serviços à sociedade.

– Os esportes e a prática de exercícios físicos promovem a saúde, o fomento da paz e do desenvolvimento social. Esses valores são significativos, fundamentais e efetivamente serão alçados na medida em que as atividades sejam conduzidas por profissionais de forma adequada, segura e equitativa – salientou Steinhilber.

A prestação equitativa dos serviços desempenhados pelos profissionais do setor a todos os

brasileiros foi também defendida pelo professor de Educação Física Lúcio Rogério Gomes dos Santos, conselheiro do Confef. A proposta é que as atividades de Educação Física passem a ser obrigatórias desde o ensino pré-escolar e, ainda, que a presença dos profissionais da área alcance todas as localidades do país.

– Temos que garantir que cada rincão deste país, cada lugarejo, tenha acesso aos profissionais de Educação Física, à competência desses profissionais e aos benefícios que eles podem trazer para suas vidas – disse.

Olimpíadas

Lúcio Rogério aproveitou para contestar as críticas à campanha brasileira nos recentes Jogos Olímpicos de Pequim.

Segundo o especialista, houve quem falasse em desempenho “pífio” dos atletas, quando, em sua opinião, foi excelente a participação da equipe brasileira “perante o pouco que o país investe em Educação Física”.

– Para que possamos ter um dia melhores resultados do que tivemos, precisamos investir seriamente em Educação Física desde as primeiras séries escolares – argumentou Rogério, afirmando que dessa forma será possível “garimpar” desde cedo os talentos.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que relatou na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o projeto que criou o Dia Nacional dos Profissionais de Educação Física, impedido de comparecer à sessão, en-

viu mensagem para saudar os profissionais da área. Segundo ele, a formação que esses profissionais possuem permite à categoria “contribuir decisivamente tanto para o bem-estar e a saúde da população, quanto para o desenvolvimento do desporto nacional”.

Participaram da mesa da sessão especial dois presidentes de conselhos regionais de Educação Física, Alexandre Fachetti (DF/TO/GO) e Marino Tessari (SC). A sessão contou com a presença de crianças ligadas ao grupo de patinação Papa-Léguas, de Sobradinho (DF), dirigido pela professora Tuca Reichert – que já venceu a Maratona de Patins de Nova Iorque –, e ao Centro Social de Iniciação Desportiva de São Sebastião (DF).

Proposta inclui atenção aos idosos no currículo escolar

Tramita na Comissão de Justiça proposta de autoria do então senador Geovani Borges (PMDB-AP) que visa incluir temática referente aos idosos nos currículos escolares, em todos os níveis e etapas do ensino.

A inovação curricular, de acordo com a PEC 15/08, deve ser articulada, de preferência, às políticas dos idosos e às entidades que lhes dão amparo.

Ao justificar a matéria, Geovani Borges, que exerceu o mandato em substituição ao titular, Gilvam Borges (PMDB-AP), afirmou que

o Brasil tem de oferecer a seus idosos condições dignas de vida. “Além dos programas inclusivos de educação, saúde, segurança e assistência social, é fundamental despertar todos os cidadãos para suas obrigações de respeito aos idosos e de cuidado com eles”, argumenta o autor do texto.

Para Geovani, “esse envolvimento, com a presença de conteúdos e atividades referentes à terceira idade, desde a educação infantil até a pós-graduação do ensino superior”, permitirá formar corretamente os cidadãos em relação

aos cuidados que os idosos devem merecer.

Sem essa preparação, avalia, qualquer política pública destinada a essa crescente parcela da população perderá sua eficácia.

– Tornar cada cidadão apto a lidar com os idosos, no lar e em todos os grupos da sociedade, bem como em todos os espaços da comunidade, é um dever do Estado, destaca o senador.

Estado deve formar cidadãos que respeitam os idosos, diz Geovani



Foto de Gerardo Mengelo